

MARCELA HORANNA DA SILVA ELESBÃO

**A INCLUSÃO E EDUCAÇÃO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
AUDITIVO**

GOIÂNIA

2022.2

MARCELA HORANNA DA SILVA ELESBÃO

**A INCLUSÃO E EDUCAÇÃO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
AUDITIVO**

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Professor Orientador: Dr. Antônio Evaldo Oliveira

GOIÂNIA

2022.2

MARCELA HORANNA DA SILVA ELESBÃO

**A INCLUSÃO E EDUCAÇÃO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
AUDITIVO**

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, no Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador: Dr. Antonio Evaldo Oliveira _____
Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Prof.(ª) Convidado(a): _____
Assinatura

Conteúdo: (até 7,0) _____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0) _____ ()

Nota Final _____ ()

Goiânia, ____/____/ 2022.

DEDICATORIA

Aos meus pais, pelo apoio e amor incondicional e cumplicidade a prosseguir nesta jornada;

Ao meu esposo que sempre acreditou no meu trabalho, e passou sempre muito companheirismo para que chegasse ao fim dessa jornada com muito orgulho de mim mesma.

AGRADECIMENTOS

A todos os professores e aos meus amigos da Universidade Católica de Goiás, aos meus familiares em especial ao meu esposo que com muita paciência e sabedoria colaborou com a minha trajetória acadêmica.

Ao professor Antônio Evaldo Oliveira, pela oportunidade e encorajamento a um estudo científico, pelo apoio e incentivo que me foi dedicado, e pelo qual demonstro minha admiração e respeito.

A todos que me ajudaram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho.

Inclusão não é colocar um aluno especial juntos com os demais, mas sim incluir o mesmo a turma sem medir seus limites. Suas limitações não definem sua capacidade de desenvolvimento.

-FERNANDO CASTELLARI-

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I	
A INCLUSÃO: CONCEITO CONCEPÇÃO, PROCESSO E EVOLUÇÃO	12
CAPÍTULO II	
A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA EM AUDIÇÃO.....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS.....	37

A INCLUSÃO E EDUCAÇÃO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA AUDITIVO

Marcela Horanna da Silva Elesbão*

Antonio Evaldo Oliveira**

RESUMO: A presente de cunho bibliográfico, apresenta uma reflexão sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular, com o objetivo de analisar a política de inclusão e os seus reflexos nos processos de socialização e de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, observando sistematicamente o interesse e o comportamento dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, decorrentes das suas necessidades educacionais especiais em audição, no cotidiano da sala de aula. Através da realização do trabalho que se pautou em pesquisa bibliográfica, foi possível alcançar os objetivos propostos de analisar a política de inclusão e os seus reflexos nos processos de socialização e de aprendizagem de alunos com necessidades especiais, observando sistematicamente o interesse e o comportamento dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, decorrentes das suas necessidades educacionais especiais. A legislação e os textos pesquisados para a elaboração desse trabalho sobre educação inclusiva deixam bem claro que renovação pedagógica exige, em primeiro lugar, que a sociedade e a escola adaptem-se ao aluno com necessidades especiais, e não o contrário. Em segundo, que o professor, que é considerado o agente determinante da transformação da escola, deve ser preparado adequadamente para gerenciar o acesso às informações e conhecimentos por parte dos alunos. Percebeu-se, pelos estudos realizados, que nem todos os professores estão preparados para a educação inclusiva, e isso pode ocasiona resistências de alguns às inovações educacionais, como a inclusão, ao considerarem que a proposta de uma educação para todos é válida, porém impossível de ser concretizada.

Palavras-chave: O Processo Educacional e a Aprendizagem. A Educação e a Inclusão. A Inclusão Educacional de Surdos.

* Aluna do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

** Professor da PUC Goiás, Mestre e Doutor em Educação. E-mail: antonio.evaldo@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Os estudos, sobre o educando com alguma deficiência e a inclusão escolar, está baseado nos benefícios que ocorrem entre essa e todas as pessoas envolvidas neste processo de inclusão. Além da motivação acadêmica para elaboração desde estudo, houve também uma motivação pessoal, surgida ainda nos primeiros anos acadêmicos, e que em virtude dos destinos imprevisíveis da vida e das necessidades imperiosas de sobrevivência fez com que adormecesse, o desejo de aprofundamento dessa temática, por eu ser uma pessoa deficiência auditiva e realizar ao meu trabalho. O interesse por esse tema se deu através de conversa com os meus familiares, no qual percebeu-se a importância de se relatar as experiências vividas através da minha deficiência auditiva, mostrando o processo de ensino e aprendizagem da escola até o ensino superior.

O aluno com surdez e deficiência auditiva para ser inserido nas escolas e universidades devem estar em um ambiente seguro que lhes permita se sentirem acolhidos e respeitados diante das suas limitações, e necessidades educacionais, para isto o espaço escolar deve estar adequado em flexibilidade, equidade e acessibilidade, sendo promovido a interação desses alunos com todos os envolvidos em seu processo educacional.

Do ponto de vista técnico, outro trabalho de continuação que se pode prospectar é o desenvolvimento de funcionalidades que facilitem a edição e a inclusão de novos conteúdos, permitindo também o upload de vídeos e de apresentações, o que foi realizado manualmente neste trabalho. Finalmente, espera-se que este trabalho sirva de estímulo para que novos estudantes se disponham a desenvolver novos trabalhos sobre tecnologia assistiva em qualquer domínio.

No ambiente escolar cabe aos professores fazer com que os futuros cidadãos brasileiros aceitem as diferenças e convivam com elas com naturalidade. Também é relevante a constante atualização e capacitação dos professores para contribuir na acessibilidade de comunicação e formação pessoal dos alunos com deficiência auditivo. A finalidade maior é mobilizar professores, pais, gestores públicos, e a comunidade como um todo, fazendo-as compreender a importância de todos lutarem e se importarem com os anseios que os portadores de necessidades especiais auditivas possuem. Para isso, é necessária à efetivação de políticas educacionais

norteadas pela inclusão, a mobilização de ações que assegurem um efetivo processo democrático, identificando as principais fraquezas emergidas nesse processo, e executando iniciativas pedagógicas capazes de envolver a comunidade escolar e o efetivo interesse dos professores, de não apenas ter um aluno portador de necessidades especiais em sala de aula, mas saber como lidar e como atender a este aluno de forma a transmitir o conhecimento para todos sem diferenciação valorizando sempre as especificidades do processo de construção de conhecimento de cada aluno.

Outro passo fundamental é estabelecer uma parceria entre família e escola, planejando juntos e discutindo sobre as carências e deficiências existentes, podendo assim traçar metas e planejamentos envolvendo a pessoa com necessidades especiais, gerando melhores soluções.

A partir desse contexto apresentado acima, essa pesquisa se forma de um Projeto Monografia, levanta seguinte tema para ser investigada: No contexto da aprendizagem, a instituição Educacional e o Professor estão preparada para atuar com a inclusão da pessoa com deficiência auditiva?

Analisa-se que a política da inclusão e os seus reflexos nos processos de socialização e de aprendizagem de alunos com necessidades especiais, portando, cabe ao poder público promover a parceiras as condições necessárias para que a inclusão de qualidade aconteça, para que cumpra a legislação e adequando a escola recebe todos os alunos com deficiência auditivo e entre outro demais.

Foi identificado, analisado e advertido que a acessibilidade no sentido mais amplo garante ambiente de educação com qualidade. Tal característica deve acolher não apenas salas de aula, mas também os espaços do entorno das instituições, que recebem estudantes com deficiência, constituindo-se um caminho essencial para viabilizar, a essas pessoas o acesso à aprendizagem com autonomia e independência.

A partir deste contexto, esta pesquisa bibliográfica, descritiva, qualitativa, levanta os seguintes objetivos para serem alcançados: Historiar o Processo da Inclusão no Contexto Educacional; Identificar os fatores sobre o processo de inclusão do aluno com deficiência auditivo. Investigar a formação de professores, das series iniciais do Ensino Fundamental sua atuação neste contexto; Criar condições para promover a permanência dos portadores com necessidades especiais em classe de ensino regular.

Nessa perspectiva se não haver a preocupação legítima com os surdos através desse direito não irá realizar aos processos dos profissionais de maneira mais eficaz. Assim, espera-se que este estudo, em forma de uma pesquisa bibliográfica, possa trazer uma contribuição no processo da inclusão dos portadores de deficiência auditiva, portanto, reproduz o aumento maior ao conhecimento e a respeito do tema, isso traz a vantagens que podem vir desde processo.

Para análise e síntese do material observaram-se seguintes procedimentos: leitura exploratória, que foi realizada a leitura do material para saber o conteúdo dos artigos; leitura seletiva, que constituiu na seleção do material quanto a sua importância para o estudo; leitura crítica que buscou identificar o papel do enfermeiro frente ao paciente oncológico pediátrico e sua família. Além destas análises foram pesquisados os teóricos: Arruda e Almeida (2014); Carneiro (2008); Salamanca (1994); Pietro (2006); Unesco (1998); Godfield (1997); Lima e Campos (2013); Moraes (2007); Brasil (2004) dentro outras.

Outro aspecto a ser tratado refere-se aos direitos a uma educação de qualidade, onde qualquer pessoa não pode privar o aluno com deficiência de ter direitos iguais perante a sociedade e as salas de aula. Esse argumento é bem explicitado por Carneiro (2008) é a proposta educacional inclusiva é aquela que vê os alunos com deficiência como titular dos mesmos direitos que os demais. O atendimento educacional e os apoios especiais são instrumentos, às vezes necessários, para que eles tenham acesso a uma educação de qualidade e sem discriminações, mas não podem impedi-los de frequentar o mesmo ambiente que qualquer outro educando.

Acredito que este trabalho trará várias contribuições para os nossos professores, como também para aqueles que buscam entender e compreender como que à inclusão consegue alcançar as pessoas com deficiência auditiva, bem como gerar uma inquietação a buscar mais conhecimentos das pessoas com deficiência.

A partir da leitura deste trabalho, podemos entender que esta é uma área que em muito tem a ensinar e transmitir conhecimento, as contribuições que ao longo dos anos de alguma forma ajudaram que preconceitos, ideias e opiniões formadas fossem quebrados, mudados. Cada conquista, vitória envolvendo os surdos tiveram e ainda tem muita influência ainda hoje e com certeza servem de base para que futuramente atitudes que ainda persistem atualmente que surdo não pode, não

aprende seja totalmente extinta e que a sociedade seja transformada e se permita conhecer e inteirar-se deste mundo tão diferente e maravilhoso. As crianças que não são expostas a uma língua, através das relações sociais, do diálogo, não internalizam todo o instrumental linguístico necessário para o desenvolvimento do pensamento, provocando assim dificuldades cognitivas, como a possibilidade de falar sobre assuntos ausentes ou abstratos que é um dos elementos da língua, o deslocamento.

Tanto o oralismo como a língua de sinais são possibilidades e cada caso deve ser avaliado, o que não se pode e não se deve nunca é privar o surdo do uso da sua língua natural, a língua de sinais, prejudicando seu desenvolvimento emocional, social e intelectual. Vale ressaltar que aos surdos devem ser dadas oportunidades, oportunidade de desenvolver-se linguisticamente, pedagogicamente e como cidadãos, se esse desenvolvimento ocorrer pela Língua de Sinais, estará lhes possibilitando isso.

CAPÍTULO I

A INCLUSÃO: CONCEITO CONCEPÇÃO, PROCESSO E EVOLUÇÃO

A abordagem e a prática do processo de ensino e aprendizagem da educação inclusiva remetem para fatores polêmicas, e para reflexão de que o sistema de ensino se encontra limitado ao atendimento do aluno com necessidades especiais. De fato, esse estudo considerou o desenvolvimento do processo da inclusão de alunos tem uma grande relevância, tendo em vista a necessidade de avaliar e reavaliar que enfatizam para os profissionais da educação, para a família e para o aluno com necessidades especiais.

A inclusão escolar de alunos com deficiências, nas escolas regulares acontece de forma gradativa e incipiente. Na maioria das vezes, a escola não sente preparada, os professores se sentem surpreendidas com a diversidade e busca e aprimorar seus métodos, bem como, elaborar, criar os materiais priorizando da melhor forma possível para os atendimentos aos alunos no processo de aprendizagem, infelizmente é insciência na falta de formação, na falta de políticas que aperfeiçoem o processo. Portanto, o papel da escola e definir atividades e procedimentos de relação, que envolvam os alunos, funcionários, corpo docente, e gestores, para que possibilite espaço inclusivos de acessibilidade, para que todos possam a fazer parte de cada um ser, isto é, que as atividades extraclasse nunca deixam e atender os alunos com necessidades especiais.

Nessa perspectiva, e tendo em vista a aprendizagem dos alunos deficiência compreendem tantos os instrumentos essenciais como a leitura e a escrita, a expressão oral, e importante que o professor adquirir o conhecimento e a visão na comunicação da linguagem dos alunos, isso depende, sobretudo da audição, porém, pode trazer dificuldades de cada aluno necessidades especiais. Desde então, e preciso que os professores utilizam suas metodologias e os materiais didáticos, que facilitam de forma que os alunos aprendem e participam. Então, a inclusão escolar não é simplesmente matricular, e apropriar as assistências a educação de todos, portanto, implica em práticas pedagógicas inovadoras visando o sucesso de aprendizagem de todos os alunos com a necessidades especiais (SALAMANCA, 1994).

Durante todo esse contexto, foi possível esclarecer que nessa rotina de escolas com a educação inclusiva relata que o desafio para professores e formação pedagogia apresenta os intérpretes que precisam de muitos treinamentos, cursos, especialização na área que atende os alunos com necessidades especiais dando-lhes melhores oportunidades de crescimento e aprendizado. É importante fixar que a escola como espaço inclusivo, ou seja, podem considerar como seu principal desafio, o sucesso de todos os alunos, sem nenhuma exceção.

Há um emergente consenso de que as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ser incluídas nos planos educativos feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio para uma escola Inclusiva e o de desenvolver uma pedagogia capaz de educar com sucesso todos os alunos, incluindo aquela deficiência desvantagens severas, (SALAMANCA, 1994, p. 6).

Ao se referir sobre o processo de desafio Salamanca (1994) percebe-se que o desafio e enfrentados pelos professores, eles fazem o possível para transformar a realidade escolar desses alunos, mesmo não recebendo a devida assistência. Dentro desse contexto, notar-se que as escolas inclusivas admitem os atos de Bullying, principalmente por ser uma modalidade educacional que preza pela ausência de preconceito e de discriminação. É extrema importância que o professor reorganiza e aprimora em suas metodologias para proporcionar o ensino a favor de uma aprendizagem sem preconceitos, e assim, adapta ao conhecimento, e só ele é capaz de regular o processo de construção. Desde então, é preciso que o professor seja flexivo para sua melhor atuação na educação inclusiva.

As habilidades de autonomia pessoal e social proporcionam melhor qualidade de vida, pois favorecem a relação, a independência, interação, satisfação pessoal e atitudes positivas. Alunos com necessidades educacionais especiais devem ter a oportunidade de participar de forma significativa e integral nas atividades escolares regulares (ARRUDA; ALMEIDA, 2014, p. 16).

Conforme Arruda e Almeida (2014) vão percebendo que esse acompanhamento irá crescer, evoluir e sentir todo o apoio na família e até os profissionais, e assim, acreditando a si mesmo, capaz de desenvolver suas habilidades e o seu potencial, e que muitas das vezes os deixam surpreendido com seus avanços e desenvolvimentos. As relações entre famílias e escola e muito importante para o progresso de desenvolvimento de aprendizagem para os alunos, se refere de forma interação que possam incentivar tanto os pais e os alunos com

deficiência e os demais a participarem nos estudos. Desta forma, a criança com deficiência que se adapta ao espaço escolar, está diante de uma realidade em que este presente no espaço educacional, socialização e ambiente de ensino de aprendizagem. A educação inclusiva se inicia pela adequação da criança ao ambiente escolar, mediante estímulo e recepção, e assim, a criança adapta de forma segura e sintam valiosas.

O ensino brasileiro contribui com algumas inovações em relação práticas escolares utilizadas pelos professores na melhoria de qualidade da aprendizagem. A partir daí as transformações ocorridas pelas práticas escolares com necessidades especiais garante a uma educação de qualidade nas instituições públicas voltadas para a inclusão. Em relação a essa transformação Prieto (2006, p. 57), destaca que:

A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder as características de seus alunos, incluindo aquelas evidências pelos alunos com necessidades educacionais.

Prieto (2006) relata que o professor passa a ter uma consciência na formação continuada visando aos educandos um ensino de qualidade com novas metodologias e práticas de ensino, por essa razão, é importante que o professor registre todos os dias ou semanalmente o avanço, o desenvolvimento de cada aluno, ou até mesmo aquele que não consegue avançar, e assim, o professor saberá como adaptar e facilitar o conhecimento do aluno. O referido autor destaca a inclusão de alunos com necessidades especiais trazendo o discurso com as entrevistas, mostrando que cada uma tem uma forma diferente de pensar como compreender das metodologias e a suas possibilidades de entender o processo de inclusão. Nesses relatos apresentam de forma apreensiva, assustados, medo de esclarecer sobre a inclusão e, além disso, se sente inseguros para atuar nesse processo inclusivo já que é uma adaptação para eles. Fala-se da inclusão como um processo que supera a integração da pessoa com deficiência, uma vez que a integração poderia aumentar a distância entre a normalidade e a deficiência.

De acordo com o capítulo V da Lei nº 9.394, Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a escola inclusa deve estar preparada para atender as crianças com necessidades especiais com os recursos necessários como: intérprete de libras, computadores, sistema braille, profissionais de apoio especializadas e outros, só

assim a diversidade será respeitada quando oferecer oportunidades de aprendizagem fazendo adaptações necessárias. A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social complementando a ação da família e da comunidade, (BRASIL, 1996).

Os aspectos que demanda a necessidade de intervenção para que a política de educação especial esteja de fato em consonância com a política de educação implantada pelo Ministério de educação, e, sobretudo com as necessidades e direitos das crianças estão preconizados na Constituição Brasileira de 1988 e assegurados nas políticas de assistência social de Educação garantindo às adaptações curriculares, arquitetônicas e a divulgação de inclusão no Brasil. Afirma Mantoan (2003), que do ponto de vista pedagógico, a construção desse modelo de transformação da escola para atender os alunos com necessidades educacionais especiais, implica transformar a escola no que diz respeito ao currículo, a avaliação e principalmente às atitudes.

No artigo 208, inciso III, da Constituição Federal de 1988, propõe o dever do Estado com a educação será efetivado, mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino. Destaca ainda que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização especificam, para atender as suas necessidades. ao Poder Público e seus órgãos cabem assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, além de a oferta obrigatória e gratuita da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino bem como a matrícula compulsória com cursos regulares em estabelecimento público e particulares de pessoas portadores de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular, (BRASIL, 1988).

Espera-se que a escola do futuro se consista em uma escola para todos, não apenas como jargão ou como texto legal. A história da educação escolar, porém, mostra uma realidade bem diferenciada. Essa história demonstra que nunca houve uma escola, de fato, para todos. Os alunos com necessidades especiais apresentam-se no decorrer do processo educacional, relevantes dificuldades de aprendizagem ligadas a uma causa orgânica específica, ou vinculadas a condições,

disfunções, limitações ou deficiências que venham ou não acarretar dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, (MANTOAN, 2003).

Por isso, compreende-se então que, para que haja uma educação inclusiva exige-se uma nova forma de pensar nas redes de ensino. Precisa-se entender que toda a criança tem sua forma de pensar e aprender, o ensino deve ser organizado de forma que contemple as crianças em suas individualidades e capacidades. A escola tem como principal objetivo oferecer um ensino de qualidade para todos os seus alunos, desta forma, todos os profissionais devam estar preparados para estes desafios.

Segundo a resolução CNE/CP nº1/2002 estabelece que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica definem que a instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. Algumas implicações de tal princípio são a necessidade de se projetar um currículo com possibilidade de adaptação diante das dificuldades ou avanços dos alunos, uma proposta de avaliação dos alunos com suficiente flexibilização para promover sua continuidade e progressão escolar, e também a viabilidade de certificações diferenciadas para os alunos ao fim do período escolar prevista em lei, (CNE/CP, 2002).

Compreende-se então que as escolas têm que, obrigatoriamente inovar, reestruturar e atualizar as suas ações em conjunto com todas as unidades escolares nacionais porque a inclusão não se trata de um processo que envolve um ensino individualizado destinado a alunos que apresentam déficits intelectuais ou problemas de consequências aprendizagem com relação ao desempenho escolar. A inclusão torna-se a consequência de um ensino de qualidade e exige da escola novos posicionamentos incentivando á modernidade do ensino e o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas.

A distinção entre integração e inclusão é um bom começo para esclarecermos o processo de transformação das escolas, de modo que possam receber, indistintamente, todos os alunos, nas salas de aula comuns e em todos os níveis e etapas de ensino, (MANTOAN, 2014). Dessa forma, o reconhecimento da política de educação inclusiva abrange a compreensão desta modalidade de ensino, na observância do perfil dos atores envolvidos e da forma dos aspectos práticos que se

encontram inseridos no atendimento pleno aos alunos com necessidades especiais na rede de regular de ensino.

Conforme com Lei de Diretrizes, não basta apenas inserir um aluno portador de deficiência e preciso que haja diversidade nos sistemas escolares, mudança na busca desse atendimento para que realmente seja atingindo o objetivo proposto no artigo da LDB. A oferta de educação especial se garante a frequência dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais em todo o fluxo de escolarização. O artigo 59, da LDB, desta que:

Currículo, métodos, técnicas, recursos, educativos e organização específica para atender as suas necessidades. Educação especial para o trabalho visando a sua efetiva integração na vida sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo mediante articulação com órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentem uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectuais ou psicomotora. Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Esses artigos são apontados com algumas condições básicas que precisam estar presentes na organização escolar para que de fato seja caracterizado o atendimento especializado aos alunos com necessidades educacionais. Pode-se observar que todos esses artigos falam muito a respeito dos direitos dos portadores deficiência. Para que a devida inclusão sai do papel e se torne algo concreto primeiramente é preciso que se pense que a diversidade é parte da natureza, e que a diferença não é um problema, mas uma riqueza. E que uma sociedade democrática busca um caminho sem distinção, e que uma escola democrática é com certeza uma escola para todos sem exceção.

A sociedade reconhece a inclusão como um desafio a ser enfrentado já que a mesma é preconceituosa e não oferece oportunidades iguais a todos. Os autores Mazzotta e Ferreira (*apud* RIOS; NOVAES, 2009, p. 82), trazem um novo enfoque sobre o conceito de inclusão, quando destaca:

Diferente da integração, a inclusão pressupõe mudança na sociedade, para que esta se torne capaz de receber e acolher adequadamente as pessoas portadoras de necessidades especiais; portanto, baseia-se no modelo social. Segundo este conceito a escola leva em consideração a necessidade do aluno, ocorrendo adaptação do ambiente físico e dos procedimentos educacionais, sendo que todas as pessoas devem ter a oportunidades de serem incluídas na escola comum

A inclusão vem trazendo consigo mudança para a sociedade, ela propõe que a escola ofereça oportunidades iguais para todos, independentemente de suas limitações. O debate sobre a inclusão educacional de pessoas com deficiência resgata uma questão essencial à constituição de toda a sociedade que se diz avançada a forma como o ser humano vê e trabalha com as diferenças. Na medida em que avançam as formulações teóricas e o desenvolvimento conceitual sobre os processos de ensinar e de aprender, motivando estudos de investigações na área da educação, e toda comunidade escolar, a sociedade é chamada a reconhecer e considerar a diversidade. Mesmo assim, o respeito para com a diferença na escola ainda é exercício pouco praticado e muitos são os mecanismos do qual está tem se utilizado para ofuscar as expressões da diferença em seu cotidiano.

Percebe-se, também, que ainda existem certos paradigmas que precisam ser rompidos, que muito ainda precisa ser feito em termos de conscientização na comunidade escolar e na sociedade, de um modo geral. Entendem-se que se está vivendo um momento da história da educação do aluno com necessidades educacionais especiais está avançando, pois se voltar-se na história da sociedade verá que estas pessoas eram excluídas. Garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida, (RIOS; NOVAES, 2009).

A inclusão é uma inovação, cujo sentido tem sido muito distorcido e polemizado pelos mais diferentes segmentos educacionais. É um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade. Ela está ligada a todas as pessoas que não têm as mesmas oportunidades dentro da sociedade. No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação é o que garante a Constituição. No processo de inclusão formam uma rede de situações que vão influenciando umas às outras, gerando novos processos de exclusão dos alunos.

Mantoan (2003), acredita que recriar um novo modelo educativo com ensino de qualidade que diga não à exclusão social, implica em condições de trabalho

pedagógico e uma rede de saberes que entrelaçam e caminham no sentido contrário do paradigma tradicional de educação segregadora. É uma reviravolta complexa, mas possível, basta que lutemos por ela, que nos aperfeiçoemos e estejamos abertos a colaborar na busca dos caminhos pedagógicos da inclusão. Pois nem todas as diferenças necessariamente inferiorizam os alunos. Eles têm diferenças e igualdades, mas entre eles nem tudo deve ser igual, assim como nem tudo deve ser diferente. Mantoan (2003, p. 79), destaca que “é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza”. No entanto, alunos com necessidades educacionais especiais requerem um trabalho específico, com ferramentas e posturas diferenciadas dos demais alunos, para que possam atender e se desenvolver. Nessa perspectiva, a dificuldade apresentada pelo aluno não é o parâmetro fundamental, mas as potencialidades, as possibilidades de descobrir outras formas de conhecer.

Abrir a Escola para todos não é uma escolha entre outras: é a própria vocação dessa instituição, uma exigência consubstancial de sua existência, plenamente coerente com seu princípio fundamental. Uma escola que exclui não é uma escola. A Escola, propriamente, é uma instituição aberta a todas as crianças, uma instituição que tem a preocupação de não descartar ninguém, de fazer com que se compartilhem os saberes que ela deve ensinar a todos sem nenhuma reserva, (BEYER, 2013).

Incluir o aluno com deficiência requer, portanto, uma postura crítica dos educadores e dos educandos em relação aos saberes escolares e a forma como podem ser trabalhados. Por isso, incluir implica considerar que a escola não é uma estrutura pronta, acabada, inflexível, mas uma estrutura que deve acompanhar o ritmo dos alunos, em um processo que requer diálogo nos grupos de trabalho, na relação com a comunidade escolar.

É importante destacar o papel do professor, diante dos alunos com necessidades educacionais especiais, em colaborar com o desenvolvimento integral do aluno, respeitando as diferenças e valorizando as potencialidades de cada um; oferecer um espaço em que o aluno possa aprender e se perceber como sujeito ativo na construção do conhecimento, por meio de atividades individualizadas e também em grupo, para que haja uma cooperação entre os alunos e para que esse processo se desenvolva de forma conjunta, pois é na relação com o outro que o

sujeito se constitui e se transforma; trabalhar em parceria com a equipe especializada que acompanha o aluno, dentro e/ou fora da escola, bem como com as respectivas famílias, com o intuito de ampliar as possibilidades de inclusão.

Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao desfrute e exercício dos direitos humanos. Dentro do campo da educação, isto se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram promover a genuína equalização de oportunidades. Ao mesmo tempo em que as escolas inclusivas preveem um ambiente favorável à aquisição da igualdade de oportunidades e participação total, o sucesso delas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores e dos profissionais na escola, mas também por parte dos colegas, pais, família, voluntários. A reforma das instituições sociais não constitui somente uma tarefa técnica, ela depende, acima de tudo, de convicções, compromisso e disposição dos indivíduos que compõem a sociedade, (BEYER, 2013).

A diversidade humana é inegável. Mas a escola, apesar de ser um espaço sociocultural onde as diferenças coexistem, nem sempre reconheceu sua existência ou considerou-a na sua complexidade, em todos os elementos do processo pedagógico. Possibilitar essas diferentes presenças de forma harmoniosa e produtiva na escola, sempre foi um desafio, visto que, está sempre buscou desenvolver um trabalho baseado na homogeneização, baseado e justificado na premissa de que turmas homogêneas facilitam o trabalho do professor e facilitam a aprendizagem.

Pessoas com necessidades educacionais especiais tornou-se bastante conhecida, no meio acadêmico, no sistema escolar, nos discursos oficiais e mesmo no senso comum. Surgiu da intenção de atenuar ou neutralizar os efeitos negativos de terminologias adotadas anteriormente para distinguir os indivíduos em suas singularidades, por apresentarem limitações físicas, motoras, sensoriais, cognitivas, linguísticas, síndromes variadas, altas habilidades, condutas desviantes etc. De tal forma que diz as leis da inclusão, exige que haja uma adaptação na escola como todo. Com o objetivo de tornar a inclusão real, ela propõe que os currículos atendam às necessidades especiais, pois não adiantaria o agrupamento dos alunos com deficiência na escola regular se não atendessem as suas verdadeiras necessidades.

Necessidades Educacionais Especiais são necessidades relacionadas aos alunos que apresentam elevada capacidade ou dificuldades de aprendizagem. Esses alunos não são, necessariamente, portadores de deficiência, mas são

aqueles que passam a ser especiais quando exigem respostas específicas especiais. O termo necessidades educacionais especiais refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. As escolas têm de encontrar maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves, (BRASIL, 1998).

Portador de Necessidades Especiais são pessoas que apresentam necessidades próprias e diferentes que requerem atenção específica em virtude de sua condição de deficiência. No ano de 2009 a Resolução 4 da CNE/CEB (BRASIL, 1998), definiu em termos claros o público-alvo da educação especial: pessoas com deficiência como impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial (surdez e cegueira), transtornos globais de desenvolvimento com alterações no aspecto neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação, nas estereotipias; autismo, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtornos de integrativo da infância, transtornos invasivos e altas habilidades/superdotação. Conforme este documento as pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual (mental) ou sensorial (visão e audição) os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A pessoa com deficiência possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividades. Pode apresentar uma ou mais deficiências, percebida ao nascimento ou adquirida ao longo da vida. Ela geralmente precisa de atendimento especializado, seja para fins terapêuticos, como fisioterapia ou estimulação motora, seja para que possa aprender a lidar com a deficiência e a desenvolver as potencialidades. As pessoas com deficiência são vistas, geralmente, como incapazes de ter vida social por si, mesmo dano demonstrações cotidianas de suas capacidades e habilidades. São indivíduos ativos que usam outros meios além das pernas para se movimentar, que decifram o ambiente com outras partes do corpo e não com os olhos e ouvidos, são aqueles que leem com os dedos ou que falam com gestos e pensam por imagens. Assim, podem fazer tudo que todas as pessoas fazem, desde que garantidas às condições e acessibilidade que devem ser assegurada para todos, (BEYER, 2013).

A inclusão é um processo dialético complexo, pois envolve a esfera das relações sociais Inter e intrapessoais vividas na escola. Ela vai além do ato de

inserir, de trazer a criança para dentro do centro de educação infantil. Significa envolver, compreender, participar e aprender.

Assim, no processo de inclusão, a criança com necessidades educacionais especiais não pode ser vista apenas por suas dificuldades, limitações ou deficiências. Ela deve ser olhada na sua dimensão humana, como pessoa com possibilidades e desafios a vencer, de forma que os laços de solidariedade e afetividade não sejam quebrados.

Os defensores da Inclusão acreditam que em se tratando de crianças com deficiência as instituições de educação infantil são espaços privilegiados, onde a convivência com adultos e outras crianças de várias origens, costumes, etnias, religiões, possibilitará o contato desde cedo com manifestações diferentes daquelas que a criança vivencia em sua família ou um ambiente segregativo, permitindo-lhe, assim as primeiras percepções da diversidade humana.

É importante que a inclusão no sistema educacional se inicie na educação infantil. Este é um local no qual as questões suscitadas a respeito da diversidade e o encontro com o diferente acontecem em situações corriqueiras, diferente do que ocorre em outros níveis educacionais. A primeira infância é um lócus excepcional, este é o começo da escolarização, a partir do qual devemos discorrer e praticar uma verdadeira educação emancipatória, (SOUSA, 2012).

Nesse sentido, a inclusão escolar da criança com necessidades educacionais especiais se dará a partir da compreensão de que tudo o que elas trouxeram como experiência própria será ponto de partida para que o professor interfira para a promoção de seu desenvolvimento. As limitações consequentes da deficiência biológica ou adquirida que essa criança apresenta não será um aspecto central na ação educativa desse professor, como tampouco representará uma barreira que venha interromper o processo de interação social dessa criança na escola.

A sala de aula inclusiva propõe um novo arranjo pedagógico diferentes dinâmicas e estratégias de ensino para todos, e complementação, adaptação e suplementação curricular quando necessários. A instituição, a sala de aula e as estratégias de ensino é que devem ser modificadas para que a criança possa se desenvolver e aprender.

CAPÍTULO II

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA EM AUDIÇÃO

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadores de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam à igualdade de acesso a educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo.

Conforme Gesser (2009) os surdos no decorrer da história sempre foram tratados de forma diferenciada, mas nem sempre da forma correta, eram deixados de lado, diagnosticados com outros tipos de deficiência, escondidos, isolados, algumas vezes literalmente trancados em casa por vergonha ou por acharem que eles eram imbecis, incapazes e motivo de vergonha. Há menos de um século o Código Civil considerava os surdos como absolutamente incapazes por não conseguirem exprimir sua vontade. Estes deveriam ser representados por alguém que o juiz tivesse determinado para adquirir, extinguir e exercer direitos ou contrair obrigações.

Atualmente, o surdo tem conquistado o seu espaço, mas ainda existem limitações impostas, a exclusão ainda ocorre em um grau bastante elevado, os surdos são ainda considerados muitas vezes como limitados, como fracassados. Infelizmente a posição de dominadores e dominados prevalece criando uma distância entre esses indivíduos e o restante da sociedade, uma pré-disposição que leva a crer numa relação de dependência do aluno, do controle e poder por parte dos profissionais. Pode-se dizer que o impulso para comunicação é algo universal, no caso das pessoas surdas, esta comunicação acontece através da Língua de Sinais, utilizada há muito tempo, não se tem um relato específico de como ou quando exatamente ela surgiu, (GESSER, 2009).

É relevante pensar numa pedagogia que atenda as necessidades dos alunos surdos que se encontram imersos no mundo visual e apreendem, a partir dele, a maior parte das informações para a construção de seu conhecimento. Para os surdos, os conceitos são organizados em língua de sinais, que por ser língua visuogestual pode ser comparada a um filme, já que o enunciador enuncia por meio de imagens, compondo cenas que exploram a simultaneidade e a consecutividade de eventos, (LIMA; CAMPOS, 2013, p. 186).

O fato de essa língua ser natural para o surdo mostra que ela precisa ser aceita e utilizada não só por eles, mas pela família, pelos amigos e pela sociedade em geral, existem muitos casos em que o próprio surdo sequer tem conhecimento de que esta língua existe e sua família tampouco. Em alguns casos muitas famílias insistem em apresentar apenas o oralismo aos surdos, não permitindo o contato do surdo com a sua língua natural e com outros surdos, evitando que este aprenda a sua língua e se perceba como pessoa surda. Existem ainda casos em que a família proíbe o uso da língua de sinais obrigando que este se comunique apenas através do oralismo.

Para que tudo isso ocorra e preciso imediatamente inovar a maneira de se pensa sobre inclusão, e que a sociedade, e principalmente a escola proceda não apenas com situações não programadas chamadas de informais, que ocorrem em nossa própria vida, mas que como também de situações programadas que acontecem nas instituições sociais e que procurem orientar o indivíduo para um fim determinado. “A educação de um indivíduo procede de situações capazes de transformá-lo ou de permitir transformar-se,” (MAZZOTTA, 1982, p. 33).

Contudo, assumir o deficiente na família ou na comunidade não significa adotá-lo em razão de suas limitações, mas de suas potencialidades, abrindo espaço para que tenham chances de mostrar seus valores e que o mesmo seja reconhecido pela sociedade.

As formas como as instituições sociais e as famílias veem as pessoas com deficiências têm se modificado ao longo do tempo, mas ainda percebe uma exclusão em relação à inserção dessas crianças na rede regular de ensino, receber essas crianças na escola não garante a inclusão. É necessário que a escola se adeque e se estruture para receber com qualidade, pois, caso contrário, corre-se o risco de aumentar os problemas decorrentes da exclusão. Portanto, a escola deve promover a acessibilidade e a eliminação de todas as barreiras à aprendizagem e participação social dos excluídos. Quanto à deficiência auditiva, as dificuldades de inclusão são as mesmas. Amaro (2006, p. 23), destaca que:

A tentativa do movimento de direito dos surdos é afastar a velha sensação de que o deficiente auditivo é estrangeiro dentro de seu País de origem, tendo em vista a dificuldade de comunicação quando vai ao banco, ao médico ou registrar boletim de ocorrência. “Além do preconceito linguístico e cultural, os surdos sofrem com dificuldade do acesso às novas tecnologias”, destaca a especialista em Educação Bilíngue e Interpretação e Ensino de Libras, Neiva Aquino. Aqueles que defendem a inclusão entendem que as

escolas especializadas não oferecem ambiente adequado para o aprendizado pleno.

Portanto, pode-se observar que as escolas regulares de ensino tanto as públicas como as privadas não oferecem plenamente condições de acesso aos deficientes. É necessário que os órgãos competentes se organizem, juntem forças no intuito de fazer cumprir a legislação e oferecer um ambiente acessível para todos os deficientes, incluindo não só a adequação física, mas a disponibilidade de material e capacitação de profissionais.

Assim, a falta de preparação é um dos fatores que dificultam o trabalho do professor com a educação inclusiva no ensino regular, uma vez que a maioria das instituições de ensino não oferece os futuros educadores um ensino diferenciado para atender a um público tão carente de profissionais habilitados para o exercício do magistério, principalmente no que diz respeito à prática pedagógica dentro da sala de aula, numa escola que trabalhe com a educação inclusiva, possibilitando ao futuro educador um contato mais direto com educandos de aprendizagens diferenciadas.

Vários aspectos são considerados básicos tanto para a criança portadora de necessidades educativas especiais, quanto para a criança dita como normal, sendo que a educação especial deverá no que for possível, “enquadrar-se” no sistema regular de educação, oportunizando a educação para todos. É importante ressaltar que embora limitados, os portadores de “deficiências” são capazes de aprender a realizar muitas tarefas, desde que sejam respeitadas suas individualidades e capacidades.

A oportunidade de igualdade de direitos é muito importante para qualquer pessoa, mesmo os portadores de deficiência não desenvolvendo suas tarefas tal qual uma criança “normal”, nada lhes deve ser negado em razão de suas deficiências. O que vale é a oportunidade que lhes foi dada, sendo a educação especial o caminho junto às famílias, para que os portadores de necessidades educativas especiais possam sentir-se valorizados e respeitados.

Basta lembrar que o processo de aprendizagem é exatamente o mesmo para todos os indivíduos. Apenas o excepcional com retardo mental tem uma maior lentidão nesse processo. Portanto, aplicam-se os mesmos métodos e técnicas para ambos os educandos, os resultados talvez sejam os mesmos, apenas para os nossos excepcionais cheguem um pouco ou muito mais tarde.

É importante ressaltar um pouco sobre a perspectiva da inclusão escolar que traz a um processo de adequação da escola para que todos/as os alunos/as possam receber uma educação de qualidade, cada um a partir da realidade com que chega à escola, independentemente de raça, etnia, gênero, situação socioeconômica, deficiências. Dentro dessa discussão traz uma realidade da influência da inclusão das pessoas com deficiência na sociedade e, a partir deste movimento, as mudanças nas práticas educativas que se fazem presentes ao longo da história, transformando as políticas-sociais e paradigmas educacionais, pois as pessoas com deficiência estão conquistando seus espaços e, para isso.

Porém, o que se vivencia hoje é essa realidade, onde crianças surdas vão para espaços escolares sem ter o suporte pedagógico necessário à sua especificidade. Os espaços escolares são a garantia para as crianças e adolescentes estarem em contato com o conhecimento, socializarem-se e se sentirem partícipes do processo de construção do seu futuro. Assim, percebe-se que a escola inclusiva não é somente aquela que garante o ingresso de pessoas com necessidades educacionais específicas, mas aquela que permite o acesso e a permanência delas.

De acordo com a convivência, igualdade e liberdade, num país que ainda está com a consciência adormecida, onde o cidadão dito normal passa por muitas dificuldades, pois a concorrência na escola de sobrevivência é muito grande; imaginem-se os portadores de deficiências, quantas barreiras encontram no decorrer de suas existências e na busca de um lugar nessa sociedade que os discrimina de todas as maneiras.

A escola deve, portanto, promover a inclusão dos alunos surdos e estes sujeitos devem ser respeitados diante das suas necessidades de aprendizagem e especificidades, isto é fato legal instituído há pouco mais de uma década. A grande demanda de direitos reforça a preocupação da pesquisa em investigar o outro lado da inclusão, tanto a escola enquanto estrutura física, quanto à escola enquanto estrutura organizacional administrativa, capacitada para realizar a inclusão imposta pelos direitos já instituídos pela lei. Esse outro lado é de suma importância para que a inclusão se concretize na vida educacional das pessoas surdas.

Ainda no âmbito da inclusão, no ano de 2004 o Ministério Pública Federal publicou o documento “O acesso de Estudantes com deficiência as Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, com o objetivo de reafirmar os direitos e

benefícios da escolarização de todos os estudantes, independentemente de suas diferenças. No mesmo ano o decreto de nº 10.436/2022, visando o acesso e permanência dos Surdos das escolas, dispõe sobre a inclusão de Libras como disciplina curricular a formação e a certificação dos professores de Libras trazendo o ensino bilíngue dentro da rede regular de ensino.

Trazendo o pouco sobre a importância dos estímulos de como começam desde bebê de 0 aos 5 anos, é feita a estimulação precoce, onde o aluno com deficiência aprende, a usar suas mãozinhas para se comunicar e conhecer objetos, manusear, estímulos também através da visão. A estimulação precoce também trabalha a comunicação com o outro, assim, estimulando também a iniciativa e a autonomia do bebê, auxiliando seus pais a praticarem exercícios de estimulação em casa também, a estimulação precoce normalmente é feita em uma instituição para deficiente visual, em APAE ou em sala de recurso AEE. O período de 0 a 5 anos é repleto de momentos importantes para as crianças.

A construção de uma identidade pessoal, a aquisição da marcha, a aprendizagem da fala, o desenvolvimento das primeiras amizades e o faz de conta são apenas algumas delas, isso sem falar nas experiências de aproximação da cultura: a leitura, a escrita, o contato com a literatura e com as artes (OLIVEIRA, 2012, p. 72).

É importante que o professor e a família levem em conta as inevitáveis diferenças em relação à criança que ouve e fala, evitando fazer comparações. Agora na adolescência entre a infância e a idade adulta existem as mudanças que acontecem em seus corpos tanto para meninas quanto para meninos, assim, os deixando rebeldes, também havendo dúvidas sobre sexualidade, independentemente de ouvir ou não o adolescente passa por essa fase.

O portador de deficiência auditiva é um ser humano igual aos demais, com impulsos sexuais e potenciais para viver sua sexualidade. Por isso, é fundamental que a pessoa portadora de deficiência auditiva tenha a oportunidade de expor abertamente suas dúvidas e receber resposta e informações claras e verdadeiras, para que consigam vivenciar sua sexualidade de forma tranquila e responsável, tanto na escola como em casa, através das libras já facilita a comunicação da pessoa com deficiência a expressar também suas dificuldades sexuais. Depois na vida adulta o portador de deficiência tem direito a um auxílio do governo de um salário-mínimo, porém se a pessoa não optar pelo auxílio e quiser trabalhar ela

pode, hoje já existem nas empresas as cotas para deficientes, também a pessoa pode cursar até uma faculdade ou um curso técnico.

De acordo no contexto representa vários avanços relacionados a inclusão graças aos movimentos sociais das pessoas com deficiência, que foram decorrentes do florescimento da participação social, e se baseiam nos laços de identidade e pertencimento, dentro de uma busca ao reconhecimento da sua cidadania, tivemos também políticas públicas e leis voltadas para a efetiva implantação da inclusão. É visível que incluir vai muito além de dar o acesso ao ensino regular, é ter a responsabilidade sobre o desenvolvimento e aprendizagem de cada aluno, mesmo que cada um aprenda de uma forma e ao seu tempo. É necessário compreender que a inclusão supera o conceito da integração, não se restringe a inserção do aluno atípico no espaço da escola. E preciso pensar para além das matrículas desses alunos no espaço escolar, mas, também, garantir a sua permanência, pois o processo inclusivo ocorre quando há de fato uma educação de qualidade para todos, tendo como consequência o desenvolvimento integral dos alunos.

Reforçar mais sobre os direitos, diversos traçando-se um panorama histórico da evolução dos direitos sociais, com enfoque nas pessoas com deficiência, observa-se que muito se conquistou; entretanto, ainda há muito a ser conquistado. Cabe salientar que os direitos conquistados, neste trabalho, terão como enfoque o direito à educação, tendo em vista que o presente trabalho está abordando “A Inclusão do Surdo na Educação”. Mas para fins de se buscar um contexto maior dos direitos conquistados, mencionaremos as principais declarações, convenções e legislações pertinentes ao trabalho proposto.

Mas cabe salientar que quando se fala em inclusão, algumas coisas não são mencionadas; como por exemplo, levar em consideração que a inclusão requer reconhecimento, valorização e respeito à diversidade desses sujeitos que, por vezes, estão relacionadas a questões como igualdade, diferença e desigualdade, no que tange os direitos humanos; ou seja, a „diferença” torna-se parte integrante da pessoa com deficiência, neste caso específico, o surdo, como Aranha (2003, p. 15) faz referência:

[...] tratar a todos igualmente não significa promover a igualdade de oportunidades, já que se estaria tomando como padrão uma figura invisível e idealizada de homem, que certamente não dá conta de representar a diversidade. Tratar igualmente a todos requer outro assim, que se considere, no âmbito das políticas públicas e no das práticas sociais, as

necessidades específicas que caracterizam a cada um como pessoa humana, em seu contexto histórico, social, cultural e econômico.

A educação especial é foco de vários estudos que consideram a inclusão social como sendo algo de fundamental importância para que as pessoas com deficiência possam ser inseridas na sociedade. Pode-se perceber a influência que a inclusão exerce no contexto das relações entre os indivíduos inseridos na educação. Nota-se que com relação à educação especial muito ainda se tem que avançar. Mas, também muito se conquistou especialmente no que se refere à legislação pertinente, neste caso específico a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no que tange ao processo escolar dos alunos com deficiência, que passa a ser um compromisso do Estado, no que se refere à qualidade da aprendizagem dos educandos, respeitando suas diferenças individuais. Para que, de fato, possa haver inclusão educacional desses alunos, o professor deve formar parcerias com áreas intersetoriais e promover articulação com os diversos serviços a este disponibilizados, buscando, na interdisciplinaridade do trabalho desenvolvido, o apoio necessário para refletir sobre o trabalho educativo.

Este professor avaliará, pedagogicamente, seus alunos, estabelecendo recursos apropriados para cada caso específico; ou seja, tendo em vista a necessidade de cada educando. Percebe-se, claramente, que todo aluno, independente de ter ou não alguma deficiência, possui características próprias de interesse, habilidades e necessidades de aprendizagem únicas, fazendo com que a aprendizagem seja singular e particular.

O conceito de aprendizagem, conforme a educação inclusiva, é pensar na possibilidade de conviver com a surpresa, com o inusitado gesto do aluno; ou seja, uma constante criação de novos métodos e formas de ensinar cada aluno a superar dificuldades cognitivas, como menciona Rubinstein (2003, p. 136):

É importante ressaltar que o aluno aprende quando consegue captar o brilho no olho do mestre ao supor nele um sujeito desejante e capaz de aprender. O entusiasmo do aluno será resultante dos “aspectos subjetivos do ensinante, ou seja, como ele mesmo, sujeito que ensina, mas que também aprende lida com saber e o conhecer”.

A legislação explicita uma nova visão de atendimento aos educandos, excluindo a condição a qual esses alunos eram atendidos; ou seja, o „tratamento“ antes utilizado como forma de educar, passa a atender as pessoas com deficiência e

suas especificidades, fazendo com esses alunos deixem de ser considerados especiais, tornando especial, a escola com seus currículos, métodos, técnicas, recursos e organização específicos para atender às necessidades dos alunos. Fazendo, pois, com que a inclusão social seja um conjunto de políticas que pretende, por meio de ações a serem efetivadas pelo Estado, corroborar para o atendimento das desigualdades sociais históricas, fazendo com que seja, cada vez mais, equiparado o direito à oportunidade, favorecendo, dessa forma, que as pessoas com deficiência tenham condições reais que facilitem o seu acesso a bens e serviços público.

Nessa concepção, as relações são banalizadas; existe uma enorme dificuldade no processo de ensino/aprendizagem dos alunos surdos, evidenciando uma interação comunicativa incompleta, pobre e deficitária, fazendo com que os professores utilizem o método comunicativo bimodal e/ou o português sinalizado códigos que em nada respeitam a estrutura das Libras. Essa situação evidencia uma condição de supremacia dos ouvintes sobre os surdos, reduzindo a escola 56 unicamente a um espaço de ensino-aprendizagem, como se este fosse seu único ou seu principal objetivo. Para compreender melhor como a escola inclusiva deve ser, é necessário.

O fracasso escolar e os problemas de aprendizagem fazem com que fique evidente que a educação de surdos seja concomitante à educação regular e que esta tem sofrido uma sustentação teórica muito ligada à clinalização dos fracassos; ou seja, as crianças são avaliadas por médicos, psicólogo, que diagnosticam seus “problemas”, fazendo com que o professor, já passivo, não consiga resolver os impasses em sala de aula, pois, afinal, determina-se como este sendo um caso médico. Com relação à surdez, essa tendência se reforça ainda mais, pois os surdos são apresentados como possuidores de uma “privação”, um “impedimento”, um “déficit”; são considerados “deficientes auditivos”.

De acordo com a falta de alunos surdos nas escolas, é em função da falta de uma educação de qualidade e, principalmente, de escolas preparadas para receber esses alunos, assim como também de políticas mais eficazes no que se refere à inclusão destes na educação, possibilitando, dessa forma, que mais pessoas surdas consigam adquirir o direito à educação. Segundo a Documento da Secretaria de Educação Especial (2004, p. 04):

A falta de um apoio pedagógico a essas necessidades especiais pode fazer com que essas crianças e adolescentes não estejam na escola: muitas vezes as famílias não encontram escolas organizadas para receber a todos e, fazer um bom atendimento, o que é uma forma de discriminar. A falta desse apoio pode também fazer com que essas crianças e adolescentes deixem a escola depois de pouco tempo, ou permaneçam sem progredir para os níveis mais elevados de ensino, o que é uma forma de desigualdade de condições de permanência.

Torna-se evidente que a própria Secretaria de Educação tem consciência da falta de escolas preparadas para receber esses alunos e que a cada aluno que deixa de ser atendido na rede regular de ensino é mais um que estará à mercê da sociedade a qual este está inserido, devido à falta de políticas capazes de mudar as possibilidades de inclusão.

A proposta de educação vigente ainda não oferece garantia e condições satisfatórias para ser considerada efetivamente “inclusiva”. Enganam-se aqueles que pensam que a educação inclusiva é somente em relação à criança com deficiência, como se todas as outras já fizessem parte, efetivamente, do processo educacional. Para que exista a educação inclusiva é necessário que haja educadores capacitados, escola adaptada às necessidades desta criança com deficiência, que necessita de atendimento especializado, como a o Documento da Secretaria de Educação Especial (2004, p. 07) expõe:

[...] a escola, o espaço no qual se deve favorecer a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania. É no dia-a-dia escolar que crianças e jovens, enquanto atores sociais têm acesso aos diferentes conteúdos curriculares, os quais devem ser organizados de forma a efetivar a aprendizagem. Para que este objetivo seja alcançado, a escola precisa ser organizada de forma a garantir que cada ação pedagógica resulte em uma contribuição para o processo de aprendizagem de cada aluno.

Uma das causas que nos levou a pensar na inclusão das pessoas com deficiência foi o fato de serem atendidos em Escolas Especiais voltadas, exclusivamente a alunos com algum tipo de deficiência. Contudo, é importante mencionar que sempre haverá crianças e adolescentes que necessitarão desses atendimentos em escolas especializadas, já que estas, geralmente, apresentam uma série de serviços médicos e paramédicos, além dos educacionais propriamente ditos, que não são encontrados nos recursos escolares comuns e que, para muitos alunos, são imprescindíveis.

Para que as escolas possam corroborar para a inclusão dos surdos há necessidade de adequações e de novas formas no contexto educacional que possibilitem novas formas de relacionamento, entre alunos surdos e alunos ouvintes, entre surdos e professores; ou seja, entre os alunos surdos e os demais membros da escola, incluindo todos que fazem parte desse convívio diário.

Não se pode deixar de mencionar que é grande o desafio que se coloca à escola de encontrar formas de responder efetivamente às necessidades educativas de uma população escolar, cada vez mais heterogênea, de construir uma escola inclusiva; uma escola que aceite todos e trate de forma diferenciada. Ou seja, é necessário que exista uma mudança para que se alcance esse objetivo. O caminho é árduo e longo, tendo em vista que as modificações não ocorrem do dia para noite, até porque as modificações políticas entravam os avanços didático-pedagógicos, muitas vezes, por não perceber essa necessidade.

Percebe-se, claramente, que toda a política de inclusão está intrinsecamente ligada, a socialização do surdo como ser social, capaz de se desenvolver e apreender como qualquer outro aluno. Basta apenas à escola se posicionar a favor da inclusão e, assim, possibilitar, de fato, a inclusão, tão importante para os surdos, como para as pessoas com algum tipo de deficiência.

Nota-se, frequentemente, nas escolas que se denominam como sendo “inclusivas”, que as mesmas se mostram, por vezes, receptivas e abertas a receber esses educandos surdos, apesar das dificuldades e obstáculos presentes no cotidiano dessas; dificuldades essas que vão influenciar na forma de ensinar esses alunos, tendo em vista, a falta de qualificação dos professores e demais membros da escola. A proporção desses atendimentos educacionais desqualificados, nas escolas, tem em vista apenas a legislação inclusiva vigente, como base do seu exercício profissional, legislação essa que garante ao aluno o direito de estar inserido na escola, em todos os âmbitos do ensino.

Para finalizar este contexto acima que propiciou conhecermos como incide, efetivamente, a educação dos surdos e como ocorre, de fato, a inclusão destes nas escolas, em suas três esferas, cabe salientarmos que existem escolas inclusivas, nas quais os surdos estão inseridos, mas, há, também, escolas que se reconhecem como tal, mas que não propiciam condições inclusivas para esses alunos, necessitando se adequar para que, dessa forma, possibilite, de fato, um ensino de qualidade aos surdos, assim como aos demais alunos com algum tipo de deficiência,

para que estes tenham de fato possibilidade de demonstrar suas potencialidades de desenvolvimento como todos os alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da realização do trabalho que se pautou em pesquisa bibliográfica e estudo de caso, foi possível alcançar os objetivos propostos de analisar a política de inclusão e os seus reflexos nos processos de socialização e de aprendizagem de alunos com necessidades especiais, observando sistematicamente o interesse e o comportamento dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, decorrentes das suas necessidades educacionais especiais. Através das observações também realizamos uma análise sobre o cotidiano da escola, verificando até que ponto a escola está realmente sendo um espaço inclusivo.

A legislação e os textos pesquisados para a elaboração desse trabalho sobre educação inclusiva deixam bem claro que renovação pedagógica exige, em primeiro lugar, que a sociedade e a escola adaptem-se ao aluno com necessidades especiais, e não o contrário. Em segundo, que o professor, que é considerado o agente determinante da transformação da escola, deve ser preparado adequadamente para gerenciar o acesso às informações e conhecimentos por parte dos alunos.

Percebemos que nem todos os professores estão preparados para a educação inclusiva, e isso pode ocasionar resistências de alguns às inovações educacionais, como a inclusão, ao considerarem que a proposta de uma educação para todos é válida, porém impossível de ser concretizada, levando em conta o número de alunos e as circunstâncias em que se trabalha nas escolas da rede pública de ensino. Demonstra-se, mais do que nunca, que os professores devem capacitar-se, acreditar e, principalmente, aceitar a inclusão, tornando, assim, a sua sala de aula um ambiente propício à construção do conhecimento, tanto do aluno com necessidades especiais, quanto dos demais.

Portanto, a escola como espaço inclusivo deve considerar como seu principal desafio, o sucesso de todos os alunos, sem nenhuma exceção. O direito do aluno com necessidades educativas especiais e de todos os cidadãos à educação é um direito constitucional. A garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, um redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças. Esta valorização

se efetua pelo resgate dos valores culturais, os que fortalecem identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir.

Segundo as políticas educacionais, descreve-se uma escola que se prepara para enfrentar o desafio de oferecer uma educação inclusiva e de qualidade para todos os seus alunos. Considerando que, cada aluno numa sala de aula apresenta características próprias e um conjunto de valores e informações que os tornam únicos e especiais, constituindo uma diversidade de interesses e ritmos de aprendizagem, o desafio e as expectativas da escola hoje é trabalhar com essas diversidades na tentativa de construir um novo conceito do processo ensino-aprendizagem, eliminando definitivamente o seu caráter excludente, de modo que sejam incluídos neste processo todos que dele, por direito, são sujeitos.

Este novo olhar da escola implica na busca de alternativas que garantam o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no seu interior. Assim, o que se deseja é a construção de uma sociedade inclusiva compromissada com as minorias, cujo grupo inclui os portadores de necessidades educacionais especiais. O espaço escolar, hoje, tem de ser visto como espaço de todos e para todos. Este tema foi escolhido porque muito se falam, discutem sobre a educação inclusiva; e a Proposta de Educação Inclusiva (1996) recomenda que todos os indivíduos com necessidades especiais sejam matriculados em turma regular, baseando-se no princípio de educação para todos.

Dessa forma, pretendeu-se enfatizar a educação inclusiva, e a problemática sobre os alunos com necessidades especiais dentro do contexto social da escola, verificando a atual realidade, fazendo um paralelo entre a teoria e a prática, isto é, a legislação vigente, os referenciais teóricos e o cotidiano dos alunos inclusos no ensino regular. As dificuldades enfrentadas pela escola para incluir o aluno surdo no seu âmbito educacional e lhe oferecer um serviço de qualidade, perpassa as estruturas físicas, de uma visão inclusiva da gestão ou do quadro de docentes que tem a preocupação no aprendizado desse aluno.

A ausência de formação continuada dos funcionários da secretaria, desde o porteiro até a merendeira, e o mais grave, dos professores, reflete o quanto as ações do Estado precisam agilizar essa questão que já ultrapassa uma década para o sujeito surdo receber os benefícios que lhes são garantidos por lei, mas em que ainda continua na marcha lenta da burocrática ação dos órgãos públicos.

As demandas da escola são muitas e para cumprir cabalmente cada uma das exigências, há de compreender que o cumprimento em muitas esferas não depende só da ação da gestão da escola, dos docentes, da família, ou até mesmo de um sistema público que funciona, depende sim da participação de todos, de uma ação em conjunto em benefício de quem tem todo direito de usufruir de um espaço que também pertence a ele.

Essa investigação surgiu a partir do interesse de conhecer melhor as dificuldades que a escola inclusiva enfrenta no seu dia a dia para poder dar conta da inclusão que é descrita no papel, nas leis que foram pensadas, aprovadas e regulamentadas antes de estruturar tanto a parte física do prédio escolar, como o mais importante, a formação de todos que fazem parte do ambiente educacional. A singularidade linguística do surdo exige essa formação.

Constata-se diante dos autores pesquisados que a inclusão está longe de ser inclusiva, mas não se pode dizer que não avançou, que a voz do surdo está sendo ouvida, as vitórias conquistadas como a lei nº 10.436/2002 e o Decreto 5.626/2005 e atualmente a aprovação do PNE na meta 4 da escola bilíngue fortaleceram ainda mais os direitos. Todavia, a inclusão vai além do papel que determina os direitos. Sem ação efetiva do Estado, gestão, docentes e família vão beirar os limites da uma utopia como anos atrás. A conclusão da existência de um avanço na perspectiva da inclusão se dar através das falas e atitudes que dentro da liberdade que a entrevista sem estrutura proporciona, pôde-se observar comportamentos atitudinais dos professores, uma postura que está mudando quando o assunto é o educando surdo, a preocupação em incluí-lo, a de fazê-lo parte, de inserir as imagens, os recursos visuais, pensando especificamente neste educando, de afastar o sentimento de inadequação, mas do diferente que pode conviver, aprender e apreender com outros também diferentes deles.

REFERÊNCIAS

AMARO, Deigles Giacomelli. **Educação Inclusiva**: aprendizagem e cotidiano escolar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Inclusão**. Londrina: Ed. Londrina, 2003.

ARRUDA, Marco Antônio; ALMEIDA Mauro de. **Cartilha da inclusão escolar**: inclusão baseada em evidências científicas. Rio Preto: ABDA, 2014.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira**. 1988. Capítulo III da Educação Cultura e do Desporto. Seção 19 da Educação, Artigo 205 inciso III. Artigo 208 Inciso III. Brasília: Senado, 1988.

_____. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Título 111 do Direito à educação e do dever de educar, art. 4, inciso III. Brasília: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Integração do aluno com deficiência na Rede de Ensino**. Brasília: MEC, 1998.

_____. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP n. 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Brasília: CNE/CP, 2002.

FERREIRA, José Maria do Amaral. **A mistificação pedagógica**: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. São Paulo: Cortez, 2013.

GESSER, Audrei. **Libras?** Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da Língua de Sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Atendimento educacional especializado**: o direito de ser, sendo diferente, na escola - por uma escola das diferenças. Curso de Formação Continuada de Professores o AEE. UFC/SEESP/UAB/MEC, 2010.

MARTINS, Gilberto. **Estudo de caso, uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação escolar: comum ou especial**. São Paulo: Pioneira, 1982.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 1993.

MORAIS, Regis de. **Educação-filosofia**. Campinas: Papyrus, 1988.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de (org.). **O trabalho do professor na Educação Infantil**. São Paulo: Biruta, 2012.

PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G.; ARANTES, V. A. (Org.). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

RIOS, Noemi Vieira de Freitas; NOVAES, Beatriz Cavalcanti de A. Caiuby. O processo de inclusão de crianças com deficiência auditiva na escola regular: vivências de professores. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 15, n. 1, p. 81-98, jan.-abr. 2009.

ROCHA, José Fernando Rodrigues da. **A educação para o século XXI**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

RODRIGUES, Cristiane. **Violência nas escolas públicas**. <http://www.googleacademico/portaleducação.com.br-ano de 2011/2012>. Acesso em: 12 out. 2016.

RUBINSTEIN, E. (org.). **Psicopedagogia: uma prática, diferentes estilos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

RUIZ, João Olavo. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Educação no século XXI**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SOUSA, Linete Oliveira. A Inclusão escolar no contexto da educação infantil. **Revista Científica Aprender**, Teresina, v. 6, n. 6, out. 2012. Disponível em: <http://revista.fundacaoaprender.org.br/?p=88>. Acesso em: 16 out. 2017.